

## 5 Teorias tradicionais do significado

### Sinopse

Se a teoria referencial do significado é falsa, que teoria é verdadeira? Qualquer teoria do significado tem de dar conta dos factos relevantes, a que podemos chamar “os factos do significado”: alguns objectos físicos são significadores; expressões distintas podem ter os mesmos significados; uma única expressão pode ter mais de um significado; o significado de uma expressão pode estar contido no de outra; e não só. Tendemos a falar de “significados” como *coisas* individuais.

Já se pensou que os significados eram ideias particulares nas mentes das pessoas. Mas várias objecções mostram que isto não pode querer dizer pensamentos efectivos nas mentes de pessoas particulares em momentos particulares do tempo. Na melhor das hipóteses, os significados teriam de ser mais abstractos: *tipos* de ideia que poderiam ocorrer (ou não) na mente de um ser qualquer algures.

Assim, os significados foram também tomados em si como coisas abstractas, alternativamente chamadas “proposições.” A frase “A neve é branca” significa que a neve é branca; igualmente, podemos dizer que “expressa a proposição de que” a neve é branca. Outras frases, mesmo noutras linguagens, como “*La neige est blanche*” e “*Der Schnee is weiss*,” exprimem a mesma proposição, e são portanto sinónimas. Esta teoria proposicional dá correctamente conta dos vários “factos do significado,” dado que “proposição” é essencialmente outra palavra para “significado.” Mas os críticos perguntam-se se *explica* os factos do significado satisfatoriamente, ou até se o chega a fazer.

No início deste livro, os tópicos da referência e do significado não estavam separados porque a ideia ingénua mais comum que as pessoas têm quanto ao significado é que o significado é a referência. No capítulo 1 desacreditámos a intuitiva mas insustentável teoria referencial do significado. Por isso temos agora de enfrentar o significado directamente, e ver algumas teorias mais sofisticadas do significado.

Como qualquer teoria, uma teoria do significado tem de ter um conjunto de dados próprios. Quais são os dados primários de uma teoria do significado? Referir-me-ei a eles em bloco como “os factos do significado.”

Primeiro, como sublinhámos no capítulo 1, há o ser significador em si. Algumas sequências ou marcas ou ruídos no ar são apenas sequências ou marcas ou ruídos no ar, ao passo que outras – em particular, frases completas – são significadoras. Qual é a diferença? Talvez esta seja a questão básica para a teoria do significado.

Segundo, por vezes dizemos que duas expressões distintas são sinónimas. Terceiro, dizemos por vezes de uma só expressão que é ambígua, ou seja, que tem mais de um signi-

ficado. (De modo que as expressões e os significados não têm uma correlação um a um.) Quarto, dizemos por vezes que o significado de uma expressão está contido no de outra, como *fêmea* e *bode* estão contidos no significado de “cabra.” Um importante caso especial aqui é quando de uma frase se deriva outra: de “Haroldo é gordo e Benedito é estúpido” deriva-se “Benedito é estúpido.” (Também há derivabilidade conjunta: de “Ou a avó está na cela ou já está no tribunal” e “A avó não está na cela” deriva-se conjuntamente “A avó já está no tribunal,” mas de nenhuma das frases por si se deriva isso.)

Também há factos do significado mais exóticos. Por exemplo, algumas disputas ou alegadas disputas são *meramente verbais* ou “apenas semânticas,” ao contrário de discordâncias substanciais sobre factos. X e Y não discordam sobre o que efectivamente aconteceu; disputam apenas que o que aconteceu conte como um “tal e tal.” E quem assiste diz: “Oh, estão só a ter uma conversa de surdos.” (Isto acontece muito em filosofia.)

Ao formular os anteriores factos do significado, tentei pelo menos sem grande entusiasmo evitar “reificar” coisas chamadas *significados*; isto é, evitei falar de “significados” como se fossem coisas individuais, como sapatos ou meias. Falei de frases que têm características como serem *significadoras*, serem sinónimas, serem ambíguas, apesar de ter eventualmente caído na alusão a “significados.” Poderia ter reificado, dizendo “tem um significado” em vez de “é significadora,” “têm o mesmo significado” em vez de “são sinónimas,” e assim por diante, ou poderia até ter usado expressões quantificadoras, como em “Há um significado que a frase tem” e “Há um significado comum a cada uma destas frases.” Há filósofos que fizeram disto uma questão.

Usemos o termo “teoria da entidade” para uma teoria que oficialmente toma os significados como coisas individuais. Há uma base considerável para teorias da entidade no modo como comumente falamos. Parece que não nos referimos a coisas chamadas significados usando a palavra como substantivo comum, mas parece que usamos expressões quantificadas para fazer algo do género. Por vezes até parece que os contamos: “Esta palavra tem quatro significados diferentes.” Por isso, é natural começar pelas teorias da entidade.

Há pelo menos dois tipos diferentes de entidades com os quais se pode identificar os significados. Primeiro, pode-se considerar que as entidades são itens mentais. Às teorias desse tipo chama-se por vezes teorias *ideacionais*.

## Teorias ideacionais

A vítima aqui é geralmente John Locke (1690), dado parecer ter sustentado que os significados das expressões linguísticas são ideias na mente. Neste género de perspectiva, o que faz uma sequência de marcas ou ruídos significar algo é essa sequência *exprimir* um estado mental, ou de algum modo corresponder-lhe significativamente, estado mental em que se encontra quem fala: uma ideia, uma imagem, ou talvez um pensamento ou uma crença.

O que é característico das teorias ideacionais tal como estou a usar o termo é que os estados mentais em questão são estados efectivos de pessoas particulares em momentos particulares do tempo.

Se uma sequência é significadora na medida em que exprime uma ideia, pode-se então dizer que a sinónima entre duas expressões ocorre quando ambas exprimem a mesma ideia. A ambiguidade de uma expressão ocorre quando há mais de uma ideia que essa expressão poderia exprimir, e assim por diante. E quando ao fenómeno da discordância meramente verbal, o teorizador ideacionista pode dizer: não se trata de um interlocutor ter um pensamento e o outro um pensamento diferente, conflituante; ambos têm o mesmo pensamento mas estão confusamente a pô-lo em palavras diferentes que parecem incompatíveis.

Assim, um teorizador ideacional parece dar-nos um modo intuitivo de exprimir os nossos factos do significado com mais precisão. Contudo, as teorias ideacionais não têm sido populares neste último século (mas veremos no capítulo 7 que Paul Grice defende uma teoria que é uma sua descendente). Eis várias razões do seu descrédito.

### OBJECÇÃO 1

Para uma teoria ideacional ser suficientemente precisa, tem de (acabar por) especificar que género de entidade mental é uma “ideia.” E é então que temos problemas. As *imagens* mentais não servem de modo algum, de facto, pois as imagens são mais pormenorizadas do que os significados. (Uma imagem de um cão não é apenas, genericamente, de um cão, mas de um cão de um formato e dimensão particulares, possivelmente de uma raça particular; uma imagem de um triângulo é de um tipo particular de triângulo, equilátero ou recto ou seja o que for.) Um candidato melhor seria um “conceito” mental mais abstracto, mas essa sugestão seria circular até alguém conseguir dizer-nos o que é um “conceito,” independentemente da noção de significado. Além disso, um conceito como o de cão ou triângulo não é verdadeiro ou falso por si, e por isso não pode ser o significado de uma frase completa.

Um pensamento completo poderia servir como significado de uma frase completa. Mas nem todas as frases exprimem o pensamento efectivo de alguém. E se quer dizer “pensamento” de um modo mais abstracto, como fazia Frege, então estamos a falar sobre um género muito diferente de teoria (veja-se a seguir).

### OBJECÇÃO 2

Como acontece com a teoria referencial, há pura e simplesmente demasiadas palavras que não têm imagens mentais particulares ou conteúdos a elas associados: “é,” “e,” “de.” Na verdade, se estamos a falar de *imagens*, há certamente palavras que psicologicamente *não poderiam* ter imagens a si associadas, por exemplo, “quiliógono” ou “inentidade,” e mes-

mo quando uma palavra tem uma imagem associada, como ocorre com “vermelho,” nem sempre trazemos a imagem à mente do decurso quotidiano de compreender a palavra à medida que surge; na verdade, podemos praticamente nunca o fazer.

### OBJECÇÃO 3

O significado é um fenómeno público, intersubjectivo, social. Uma palavra portuguesa tem o significado que tem para toda a comunidade de quem fala português, ainda que ocorra alguns membros dessa comunidade não compreenderem essa palavra. Mas as ideias, imagens e sentimentos na mente não são intersubjectivos desse modo; são subjectivos, presentes apenas nas mentes de pessoas individuais, e *diferem* de pessoa para pessoa dependendo do seu estado mental e do seu contexto. Logo, os significados não são ideias na mente. (Poder-se-ia responder apelando ao que é *comum* entre todos os lusófonos nas ideias de “cão,” digamos, mas o que é comum a todas as ideias de “cão” não é em si uma ideia, mas um *tipo* de ideia, uma “qualidade” universal ou abstracta no sentido do capítulo 1.)

### OBJECÇÃO 4

Há frases significadoras que não exprimem qualquer ideia efectiva ou pensamento ou estado mental. Pois, como vimos no capítulo 1, há frases muito longas e complicadas de português que nunca foram proferidas, e algumas delas nunca o serão. (É claro que mal dei um exemplo de uma, já não era um exemplo de uma, porque mal a escrevi tornou-se uma frase proferida. Mas podemos extrapolar; há outras no mesmo lugar de onde tirei a minha extravagante frase de Hitler.) Assim, há frases que são ou seriam perfeitamente significadoras mas cujos conteúdos nunca foram pensados por alguém e nunca ocorreram sequer a alguém. Assim, há frases significadoras que não correspondem a quaisquer entidades mentais efectivas.

Neste século, tem sido muito mais comum as teorias semânticas da entidade invocarem entidades abstractas e não mentais. Aos significados das frases em particular tem-se chamado “proposições” (como fazia Russell, como vimos no capítulo 2).

## A teoria proposicional

Como as ideias, estes itens abstractos são “independentes da linguagem” na medida em que não estão ligadas a qualquer linguagem natural particular. Mas ao contrário das ideias, são também independentes das pessoas. As entidades mentais dependem das mentes nas quais inerem; um estado mental tem de ser o estado mental de alguém, um estado da mente de uma pessoa particular num momento particular do tempo. As proposições são inteiramente gerais e, se se quiser, eternas. (O próprio Russell pouco mais tinha para dizer

sobre a sua natureza; o seu colega G. E. Moore era mais claro e menos reservado, ou pelo menos mais directo.<sup>1</sup> Frege construíra anteriormente uma teoria proposicional muito elegante, mas parece ter pensado nada haver para compreender quanto ao que é uma proposição a não ser compreender o papel desempenhado pelas “proposições” na teoria.)

Considere-se uma resposta possível à objecção 4 anterior: pode-se tentar salvar a teoria ideacional sugerindo que precisamos de nos restringir a ideias *efectivas*; podemos apelar a ideias meramente possíveis — ideias que alguém poderia ter ou poderia ter tido. Mas isso seria postular conteúdos abstractos que são conteúdos possíveis do pensamento mas não estão relacionados com os pensamentos efectivos de alguém. É aqui que entra o teorizador proposicional: “Muito bem, chamemos “proposições” a essas coisas que podem ser pensadas.” E assim (se o teorizador ideacional fizer esta jogada), a perspectiva ideacional vai simplesmente dar à teoria proposicional.

A teoria proposicional oferece uma imagem gráfica. Suponha-se que temos uma sequência  $S$  de palavras, que é significadora, juntamente com outra sequência  $g$  que é só uma algaraviada. Qual é a diferença? Segundo Russell e Moore, a diferença é haver um conteúdo abstracto ou proposição, chame-se-lhe  $P$ , com a qual  $S$  tem uma certa relação especial.  $S$  é uma frase de uma linguagem particular. A pobre  $g$  não tem essa relação com qualquer item desses. À relação chama-se frequentemente *expressão*; os filósofos falam comumente de frases que exprimem proposições. (Apesar de o termo ser aqui mais anémico do que nas teorias ideacionais. Os teorizadores ideacionais concebem as frases quase como se fossem impelidas de dentro de nós pela pressão dos nossos pensamentos, mas as proposições são abstractas, imutáveis e impotentes e não impelem coisa alguma.) Assim,  $S$  é significadora em virtude de exprimir a proposição particular  $P$ ; a deficiência de  $g$  é não exprimir qualquer proposição.

Os outros factos do significado são elegantemente descritos deste ponto de vista. Ocorrer sinonímia entre as frases  $F_1$  e  $F_2$  é apenas  $F_1$  e  $F_2$  exprimirem a mesma proposição.  $F_1$  e  $F_2$  são expressões linguísticas distintas — podem ser expressões diferentes de uma mesma linguagem natural ou podem ser expressões correspondentes de linguagens diferentes. O que têm em comum é apenas terem a relação de expressão com respeito à mesma proposição.

O mesmo ocorre no caso da ambiguidade. Uma frase  $F$  é ambígua se, e só se, há pelo menos duas proposições distintas,  $P_1$  e  $P_2$ , e a expressão única  $F$  tem a relação de expressão com ambas,  $P_1$  e  $P_2$ . No caso das disputas meramente verbais, podemos dizer

<sup>1</sup> “O facto é que todos os conteúdos absolutamente do Universo, absolutamente todas as coisas que são tudo, podem ser divididos em duas classes — nomeadamente, *proposições*, por um lado, e em coisas que não são proposições, por outro” (Moore 1953: 71). Moore relata numa nota autobiográfica que teve uma vez um pesadelo em que as proposições eram mesas.

que os interlocutores não discordam sobre qualquer proposição; estão apenas a usar formas diferentes de palavras para exprimir a mesma proposição, e as formas particular de palavras parecem estar em conflito apesar de o não estarem.

Sabemos algumas coisas positivas sobre o que são supostamente as proposições, além de serem expressas por frases. São identificáveis por meio de orações “que”:<sup>\*</sup> falamos da proposição de que a neve é branca, e comprometemo-nos com proposição de que todos os homens [sic] nascem iguais. “A neve é branca,” “*La neige est blanche*” e “*Der Schnee is weiss*” são sinónimas porque cada uma delas exprime a proposição de que a neve é branca. Apesar de o que se segue à oração “que” ser apenas outra frase de uma linguagem natural particular, a que por acaso estamos a falar, a função do “que” – criar discurso indirecto – é libertar a referência à proposição em questão da sua expressão particular.

As proposições são também objectos de estados mentais. Por todo o mundo as pessoas acreditam que os mercados asiáticos estão a entrar em colapso, duvidam que os mercados asiáticos estejam a entrar em colapso, temem ou têm a esperança de que os mercados asiáticos estejam a entrar em colapso. Também aqui o “que” serve para remover a implicação de que todos pensaram esse pensamento em português. Poderão tê-lo pensado em qualquer linguagem; e seria mesmo assim verdade que acreditavam, duvidavam, etc., que os mercados asiáticos estão a entrar em colapso.

Além disso, as proposições são os portadores de verdade e falsidade fundamentais. Quando uma frase é verdadeira/falsa, só o é porque a proposição por ela expressa é verdadeira/falsa. Um argumento a favor desta tese é que as frases mudam os seus valores de verdade ao longo do tempo e de contexto para contexto.

- 1) A actual rainha de Inglaterra é calva.

Acreditamos que 1 é falsa, presumindo que a Elisabete Windsor não adoptou o conselho de Russell, passando a usar peruca. Mas o que dizer das outras rainhas, do passado ou do futuro, que podem ter sido ou podem ser calvas? Se 1 fosse proferida durante o reinado de uma rainha anterior que fosse calva, 1 seria verdadeira, e se for proferida daqui a décadas, durante o reinado de uma rainha posterior, 1 poderá ser verdadeira ou falsa. Assim, 1 será verdadeira ou falsa dependendo de quando for proferida. O que faz uma elocução particular de uma frase ser verdadeira ou falsa é a proposição que essa frase expressa nessa ocasião. A razão pela qual 1 muda o seu valor de verdade é que exprime diferentes pro-

<sup>\*</sup> Trata-se de orações subordinadas substantivas objectivas directas, introduzidas pela conjunção subordinativa integrante “que.” Inexistindo uma designação sensata na gramática portuguesa, optou-se por manter a tradução literal do inglês, “*that*” clause, para evitar a verbosidade. *N. do T.*

posições em diferentes ocasiões de elocução. As frases derivam os seus valores de verdade das proposições; os valores de verdade das proposições são permanentes.

Os defensores da teoria proposicional sustentam na sua maior parte que as proposições têm estrutura interna; são compostas de partes conceptuais. A palavra “neve” é uma expressão significadora, mas não em virtude de exprimir uma proposição; por si, não exprime uma proposição completa. Só uma frase exprime uma proposição ou, como costumavam dizer quando eu andava na escola secundária, um pensamento completo. “Neve” não exprime um pensamento completo, mas exprime algo que é parte de muitos pensamentos – um conceito, ou um tipo, ou uma “ideia” no sentido abstracto e não mental. “Conceito” é o termo habitualmente usado para falar de um constituinte igualmente abstracto de uma proposição abstracta mais lata.<sup>2</sup>

Também há “factos do significado” sobre as partes ou constituintes das frases, e podemos dar-lhes um tratamento análogo. Pode-se dizer que as palavras sinónimas de “neve” exprimem o mesmo conceito; se “neve” for ambígua, como de facto é, é-o em virtude de exprimir diferentes conceitos: por vezes a substância branca gelada que cai do céu e outras vezes uma certa substância proibida.

A teoria proposicional evita as quatro objecções às teorias ideacionais, mas escapa só à justa de uma delas. Já vimos que escapa à objecção 4. Evita 1 porque as proposições e os conceitos não são entidades mentais, e evita 3 porque, contrastando com as entidades mentais, as proposições e os conceitos são intersubjectivos, independentes de pessoas e linguagens particulares, e até de culturas inteiras.

Escapa à justa da objecção 2. O teorizador proposicional pode insistir que as palavras como “é,” “e,” “de,” “quiliógono” e “inexistência” exprimem conceitos (“quiliógono,” em especial, é um termo geométrico bem definido). Mas como afirmei em resposta à objecção 1, para isto não parecer vazio e talvez até circular, o teorizador proposicional terá de caracterizar melhor os conceitos relevantes, sem pressupor tranquilamente uma noção qualquer de significado linguístico. (Veremos no capítulo 10 que uma versão sofisticada da teoria proposicional pode fazer isto.)

A perspectiva proposicional é a principal teoria semântica da entidade. Como qualquer teoria semântica, tem por objectivo explicar os factos do significado. Procura fazê-lo postulando um certo domínio de entidades; é desse modo que muitas vezes explicamos coisas, especialmente em ciência. Postulamos partículas subatómicas, entidades inobserváveis de um certo tipo e pertencentes a um certo domínio, para explicar o comportamento de substâncias químicas observáveis e as proporções em que se combinam.

<sup>2</sup> Apesar de, como ocorre com “ideia,” também “conceito” tem sido usado para falar de um tipo de entidade mental particular. Este equívoco causou alguma confusão na psicologia cognitiva contemporânea.

Um género de facto do significado que não mencionei até agora cria um primeiro problema para a teoria tal como a formulámos até agora. Alguns filósofos consideram este género de facto do significado até mais importante do que todos os outros apresentados acima: *comprendemos* uma frase  $F$ , imediatamente, ao passo que não compreendemos uma sequência de palavras que seja uma algaraviada. Algumas sequências de palavras são inteligíveis e outras não. Isto introduz outro termo na relação. Até agora, a teoria proposicional centrou-se apenas nas expressões linguísticas e nas proposições, definindo-se entre ambas a relação de expressão. Agora é necessário introduzir também os seres humanos.

O que é isso de uma pessoa compreender uma frase  $F$ ? A resposta mooriana clássica é: essa pessoa tem uma certa relação com uma proposição e sabe que  $F$  exprime essa proposição. A esta relação Moore chamou “captar” (ou por vezes “apreender”). Compreender  $F$  é captar uma proposição  $P$  e saber que  $F$  exprime  $P$ .

A teoria proposicional é também simpática ao senso comum. É fácil concordar que certas frases de várias linguagens diferentes têm todas algo em comum (os seus significados), um conteúdo independente da linguagem, e é fácil e natural chamar a esse conteúdo “a proposição expressa pelas” diferentes frases. Além disso, a teoria proposicional é um instrumento proveitoso para descrever e discutir os outros géneros de “fenómenos do significado” que mencionámos, já para não falar da derivabilidade, inclusão semântica, antonímia, redundância, etc. Por fim, como veremos nos capítulos 10 e 11, a teoria proposicional permite uma elaboração matemática elegante, nas mãos dos semanticistas dos “mundos possíveis” e dos lógicos intensionais. Mas, como sempre, há problemas.

### OBJECÇÃO 1

Dissemos que as “proposições” são entidades abstractas, apesar de se afirmar agora que as frases as “exprimem,” em vez de se dizer que as *nomeiam*, como na teoria referencial. Consideradas como entidades, estes itens abstractos são algo esquisitos. Não estão localizados em lugar algum do espaço e, dado que não poderiam ser criados ou destruídos, são também temporalmente eternos ou pelo menos perpétuos. Existiam muito antes de existir qualquer ser vivo, apesar de os seus *conteúdos* terem a ver com estados de coisas humanos muitíssimo específicos, como o Frederico ter emborcado rapidamente quatro martinis no bar Não Está Cá Ninguém ao anoitecer de terça-feira, 19 de Setembro de 1995. As proposições continuarão a existir muito depois da última criatura senciente ter morrido. E (necessariamente, dado não estarem localizadas no espaço-tempo) não têm propriedades causais; não fazem coisa alguma ocorrer.

### UMA RESPOSTA

É correcto e apropriado desconfiar de se postular entidades esquisitas. Mas talvez seja prematuro este apelo directo à “Navalha de Occam.” O filósofo medieval Guilherme de

Occam disse-nos para não multiplicar entidades postuladas *para lá da necessidade explicativa*. Mas só poderemos saber se as proposições são desnecessárias para a explicação se tivermos uma teoria alternativa do significado que explique os fenómenos do significado igualmente bem mas sem acarretar proposições. E (até agora) não temos tal teoria rival.

### OBJECÇÃO 2

As “proposições” são num certo sentido incomuns e alheias à nossa experiência. Oíço e vejo palavras e compreendo-as, mas isto dificilmente é ou parece um caso em que eu faço algo chamado “captar,” que me põe em contacto com um objecto supra-empírico não espacial, indestrutível, eterno. (Aqui entra uma música de fundo espectral.)

### A RESPOSTA DE MOORE

É perfeitamente claro, penso, que quando compreendemos o significado de uma frase, algo mais acontece nas nossas mentes *além* da mera audição das palavras que compõem a frase. Isto é fácil de verificar contrastando o que acontece quando ouvimos uma frase que compreendemos com o que acontece quando ouvimos uma frase que *não* compreendemos [...] Certamente que no primeiro caso ocorre, além da mera audição das palavras, outro acto de consciência – uma apreensão do seu significado, que no segundo caso está ausente. E não é menos claro que a apreensão do significado de uma frase com um dado significado difere em algo aspecto da apreensão de outra frase com um significado diferente [...] Certamente que os dois significados diferentes apreendidos existem. E é a cada um desses dois significados que chamo *proposição*.

(1953: 73-4)

E, poderia Moore acrescentar, se dissermos que não sabemos de que está ele a falar, estamos a mentir. Captar é algo de que temos experiência directa.

### UMA RESPOSTA DIFERENTE

Concedendo a premissa em vez de a pôr em causa, poder-se-ia assinalar que é comum não apenas em filosofia como na ciência explicar fenómenos muitíssimo familiares em termos de fenómenos muitíssimo incomuns, talvez até misteriosos.

### OBJECÇÃO 3

Esta é de Gilbert Harman (1967-8). A teoria proposicional nada explica de facto; limita-se a repetir os dados num jargão mais decorativo. (“Por que razão “A neve é branca” e “*La neige est blanche*” têm o mesmo significado?” – “Porque exprimem a mesma proposição.” – “Ah, estou a ver.”) É como se a expressão “exprime uma proposição” fosse apenas uma

maneira mais decorativa de dizer “é significadora.” Pelo menos até nos mostrarem algum modo independente de compreender o discurso proposicional, permanecerá a suspeição de se tratar apenas de uma maneira pretensiosa de reformular os factos do significado. Compare-se com o médico de Molière sobre o ópio e a “virtude dormitiva.”<sup>3</sup>

## RESPOSTA

Esta objecção não é muito preocupante. Pois quando se elaborar e aprimorar uma teoria proposicional, juntamente com a noção de uma pessoa “captar” uma proposição, e de uma frase exprimir uma proposição, o aparato tem pelo menos algum poder previsivo e por isso (nessa medida) tem pelo menos algum poder explicativo. Se a história resultante é *plausível* ou não é uma questão diferente. Mas talvez Harman tivesse realmente em vista a próxima objecção.

## OBJECÇÃO 4

Seja lá o que for o significado, desempenha um papel dinâmico na sociedade humana. Alguns dos seus comportamentos resultam causalmente de eu dizer certas palavras *que significam o que significam*, e alguns dos meus comportamentos resultam de você dizer certas palavras também significadoras. As decisões judiciais em casos importantes por vezes dependem dos significados das palavras, e assim por diante. Assim, o significado, seja lá o que for, tem de ter algum poder causal (algum impulsionamento, vigor, genica). Mas as *proposições*, dado serem entidades inteiramente abstractas, *não têm* poderes causais, precisamente. Situam-se serenamente e inutilmente fora do espaço-tempo, e não fazem coisa alguma. Por isso é difícil ver como as proposições poderiam figurar na explicação do comportamento linguístico humano ou como poderiam de qualquer outro modo ajudar a explicar o papel social dinâmico do significado. E conseqüentemente parece afinal de contas que são postulados desnecessários.

## RESPOSTA

Mesmo que as proposições não ajudem na explicação do comportamento humano, isto não é a única coisa que precisa de ser explicada. Os próprios “factos do significado” são os nossos dados primários e, *pace* Harman, as proposições ajudam a explicá-los.

Os filósofos da “linguagem comum” dos anos cinquenta do séc. XX tiraram uma lição das primeiras versões das objecções 1 e 4: que precisamos é de uma teoria que

<sup>3</sup> “Por que razão o ópio faz a pessoas dormir?” – “Porque tem uma virtude dormitiva.” Isto pode parecer profundo até se dar conta de que a expressão é apenas a transliteração latina de “poder para provocar o sono.” O médico (Argan, em *Le Malade Imaginaire*) poderia igualmente ter falado em latim de porcos: “Faz as pessoas dormir porque itay utspay eoplepay otay eepsly.” Isto dificilmente é uma explicação.

explique os fenómenos do significado em termos que estejam em conexão com o comportamento humano. (Recorde-se que o comportamento humano envolve actividade física efectiva; o significado tem de algum modo de contribuir para o impulsionamento *literal*.) Mais especificamente, temos de entender o significado em termos de *uso* da linguagem. Desde então, os filósofos têm falado de teorias semânticas do “uso.” Mas não ganhámos muito, pois há muitos tipos diferentes de modos de “uso,” alguns dos quais são obviamente irrelevantes para o significado no sentido caracteristicamente linguístico. Diferentes concepções especificamente linguísticas de “uso” conduziram a teorias do significado diferentes e rivais.

## Sumário

- Uma teoria do significado tem de explicar os “factos do significado.”
- Os “significados” foram muitas vezes entendidos como entidades ou coisas individuais.
- Os teorizadores ideacionais sustentam que os significados são ideias particulares nas mentes das pessoas.
- Mas várias objecções mostram que, na melhor das hipóteses, os significados teriam de ser mais abstractos: *tipos* de ideias, e não pensamentos propriamente ditos nas mentes de pessoas particulares.
- Os teorizadores proposicionais tomam os significados como coisas abstractas em si.
- Mas os críticos têm questionado se a teoria proposicional explica satisfatoriamente os factos do significado (ou até se os chega realmente a explicar).

## Questões

1. Poder-se-á dizer algo mais a favor da teoria ideacional? E/ou poderá você defendê-la de uma ou mais das objecções apresentadas?
2. Explica realmente a teoria proposicional os factos do significado? Porquê ou por que não?
3. Defenda a teoria proposicional mais exhaustivamente contra as nossas objecções. Ou levante novas objecções.

## Leitura complementar

- A teoria ideacional de Locke é discutida por Bennett (1971).
- Frege (1918) criticou as teorias ideacionais a favor da teoria proposicional. Wittgenstein (1953) criticou-as de um ponto de vista muito diferente (veja-se o capítulo 6), tal como Waismann (1965<sup>a</sup>).
- Uma teoria proposicional clássica foi oferecida por Russell (1919).
- Para alguma discussão das proposições e das suas relações com as frases e as elocuições, veja-se Cartwright (1962) e Lemmon (1966).

- A melhor sinopse das críticas quinianas à teoria proposicional é de Gilbert Harman (1967-8), particularmente pp. 124-7 (pp. 141-7 são também relevantes). Lycan (1974) é uma resposta a favor da teoria. Veja-se também Loux (1998: cap. 4).